



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**Ata
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Em 03 de fevereiro de 2023, às 10h00, reuniram-se virtualmente para a reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - CPAI, sob a presidência da Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, o Exmo. Desembargador Alvaro Alves Nôga, a Exma. Juíza Regina Celi Vieira Ferro; a Exma. Juíza Eliane Aparecida da Silva Pedroso; e os servidores: Adriana Domanoski Gurniak, Aline Maria de Castro Silva Rossi, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Ferrari Kovács, Daniela Louise da Serra Ogata, Débora Forlin Granja, Dulcinéia Lima de Jesus Figueiredo, Eliana Maiellaro, Fernanda Izídio de Oliveira Cimino, Filipe Gioielli Mafalda, Gabriel Pio de Paula (representando também Eduardo Antonio Engholm Cardoso), Hécio Nalon Alves, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, José Ericleidson da Silva, Juliana Cavalcante Parpinelli (representando Fernanda Martins), Karla Mea Marcos Pereira (representando José Américo Zampar Júnior), Katia Regina Cezar, Leandro Vieira Alves, Narjara Jacó da Silva e Silva (e representando Luís Carlos de Paula Reseck), Ronaldo Prado Amorosino e Vanessa Spadotto Alves. Além dos servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Camila de Oliveira Coelho, Fernando Lucas De Marchi Pavaneli, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thais Tie Myasaki e a aprendiz Gabriela Cupone Gatti.

A Exma. Desembargadora Ana Maria Barbosa Macedo deu início à reunião, passando a palavra ao Exmo. Desembargador Alvaro Alves Nôga, que informou sobre a necessidade de sua saída da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. Narrou, resumidamente, sua trajetória na Comissão, desde sua entrada, ainda na instalação, e destacou o aprendizado de tantos anos, neste cargo que exige sensibilidade, humanidade e cuidado. A partir de então ocorreram diversas manifestações dos participantes, tanto verbais quanto escritas via *chat*, em agradecimento pelo apoio, trabalho, compromisso, dedicação e por todo o legado.

Após os agradecimentos, o Desembargador Alvaro Alves Nôga retirou-se da reunião, ressaltando que a nova Presidente, a Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, realizará um ótimo trabalho.

A Sra. Presidente, iniciando a pauta, passou a palavra à servidora Thais Tie Myasaki, para que discorresse sobre o item 1: "Contratação do serviço de Acessibilidade Comunicacional".

Sra. Thais recapitulou sobre os serviços do Grupo 1 – Intérprete de libras, que foram contratados em 2022 e expôs sobre a disponibilização dos itens que estavam pendentes de contratação: "Grupo 2 – audiodescrição presencial, remota e em imagens estáticas, e "Item 8 – Audiodescrição, interpretação em Libras e legendagem para surdos em vídeos pré-gravados". A servidora deu ciência sobre o agendamento de reunião prevista para 07/02/2023, entre a empresa contratada e representantes de diversas áreas/seções do Tribunal que serão convidadas pela Seção de Acessibilidade e Inclusão. Esclareceu que o objetivo da reunião será de informar como serão os serviços, como deverá ser solicitado, bem como para saneamento de dúvidas.

A Sra. Daniela Kovács complementou sobre os vídeos pré-gravados, informando que foi intencional a previsão da contratação para que a mesma empresa fizesse a audiodescrição, legendagem e interpretação em libras, para melhor operacionalização e celeridade. Frisou, também, que para cumprimento da [Resolução 401/2021 do C. CNJ](#), todas as manifestações públicas devem ser acessíveis.

A Sra. Presidente solicitou esclarecimentos sobre a questão dos intérpretes de Libras em atos processuais, e Daniela lhe respondeu que será protocolizado novo ofício sobre essa questão.

Falou-se também sobre a Central de intermediação em Libras (CIL), que se trata de um canal, a ser acessado através de um *link* fornecido pela empresa contratada, em que há um intérprete de Libras para realizar a comunicação entre o ouvinte e a pessoa surda. Que para tanto, há necessidade de recursos como câmera, microfone ou *tablet*. Sra. Thais explicou que, inicialmente, pretende-se que haja disponibilidade no balcão de informações, no atendimento da Unidade de Apoio Operacional de São Paulo (UAO), na Secretaria de Segurança Institucional, e também pela Ouvidoria. Foi perguntado se haveria mais alguma área de interesse, e a Sra. Claudia Moniak sugeriu avaliar a necessidade na Secretaria de Saúde.

Ainda sobre a Central de Intermediação em Libras, Sra. Thais pontuou que há necessidade de reunião para testes, incluindo-se setores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, pela necessidade de avaliação de alguma liberação para uso do *link*. Pontou também que o risco de não conseguirmos utilizar o serviço, no momento, é pela falta de câmeras, as quais deverão ser requeridas o quanto antes, considerando o retorno ao trabalho presencial.

A Sra. Adriana questionou sobre a utilização da Central de Intermediação em Libras em audiências, ao que Sra. Daniela Kovács esclareceu que a Central será apenas para um atendimento básico, que caso possível a utilização deste contrato em audiências, seria caso de utilizarmos os serviços de interpretação de Libras, por ser mais apropriado, ao invés da Central.

Neste momento ocorreu um breve debate sobre a viabilidade de aquisição pelo Tribunal de alguns itens de tecnologia assistiva. Definiu-se que tais recursos de acessibilidade serão objeto de discussão quando tratarmos do próximo orçamento.

O Servidor Ivo Ramalho foi instado a esclarecer sobre o item 2 da pauta: “Eventos”

a) Curso de Libras telepresencial – término do módulo I;

Sr. Ivo passou a palavra ao servidor Fernando Pavaneli, que explanou sobre a sua participação como aluno no Curso de Libras telepresencial – Módulo I. Sr. Fernando relatou que o curso compreendeu 30 encontros de duas horas, telepresenciais com orientação de câmera aberta, contando com um professor ouvinte e uma instrutora surda. Refere que apesar da nomenclatura de básico, foi possível aprender muito, com conhecimento suficiente para realizar o atendimento básico, de suma importância às pessoas surdas que utilizam Libras para se comunicarem.

Sra. Claudia Moniak complementou dizendo que já fez outros cursos de Libras, e que este a surpreendeu muito pela qualidade do aprendizado, e destacou que o grupo era empenhado, refletindo em melhor desenvolvimento da turma.

Após questionamentos, restou esclarecido que o curso foi realizado pela empresa Educalibras, sendo a primeira vez que o módulo I é realizado de forma telepresencial; que foram convidados servidores de diversas áreas; que participaram servidores da segurança institucional, creche,

gabinete e varas, e que teve como foco o público interno.

Dra. Regina noticiou sua participação na última aula, para fazer o encerramento do curso, dizendo que a aula era tão boa, que permaneceu até o final. Disse ainda que os professores eram muito ativos e comunicativos, e que eles lhe disseram que os alunos se sobressaíram.

O Sr. Helcio Nalon, da Secretaria de Segurança Institucional mencionou algumas dificuldades na capacitação dos vigilantes terceirizados, a exemplo de não participarem integralmente do curso devido ao cansaço pela jornada extensa, e que o ideal é o maior engajamento dos agentes de segurança.

A Sra. Katia manifestou sua preocupação em tomar conhecimento dessas dificuldades, e destacou a importância de se pensar formas de incentivo para melhor participação.

Sr. Nalon complementou sobre o fato de que se contrata postos de trabalho, sendo que a qualquer momento o vigilante pode ir para outro posto.

Disse também que buscou informações junto às empresas, e que não há vigilantes já capacitados, e, por isso, concluiu que o ideal é priorizar o engajamento dos agentes concursados.

Sra. Thais ressaltou sobre a possibilidade de viabilização de um curso específico para os vigilantes, uma vez que a [Resolução CSJT nº 218/2018](#) exige que um percentual dos contratados terceirizados sejam capacitados em Libras, ao que Sra. Katia acrescentou que deve-se estudar meios para requerer das empresas terceirizadas o cumprimento da referida norma.

A Sra. Presidente considerou importante pensarmos no curso com horários especiais, de modo que os vigilantes terceirizados possam participar.

Passou-se, então, aos próximos subitens:

b) Convite para ministrar o curso de acessibilidade digital no TRT 8ª Região;

c) Convite para atuar como um dos instrutores do curso sobre Acessibilidade Digital destinado aos servidores da SETIN do TRT-8;

Sr. Ivo retomou a palavra, explicitando sobre o convite para participar de duas ações de capacitação no âmbito do TRT da 8ª Região, sendo o curso de acessibilidade digital junto com o servidor Fernando Pavaneli e o segundo com o Sr. Reinaldo Ferraz e Sra. Amanda Marques, profissionais da empresa W3C, especialistas do NIC.br. Sr. Ivo elucidou que tal convite ocorreu em decorrência da reunião espontânea ocorrida em 29/11/2022, entre os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão do TRT 2 e servidores de outros regionais que vieram a São Paulo para participarem do VII Encontro Anual de Sustentabilidade, ocasião em que houve apresentação das ações na CPAI, entre elas as ações de capacitação. Ao tomar conhecimento, os representantes do TRT da 8ª Região manifestaram interesse em replicar o curso, sendo que já ocorreu o convite formal para a realização da oficina de acessibilidade digital. Quanto ao curso de subitem “c”, Sr. Ivo informou que está em fase de definição de datas junto aos demais instrutores.

A Exma. Presidente, Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo ressaltou a importância do efeito multiplicador das ações da nossa Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Passou-se então ao item 3: “Preenchimento dos indicadores do PLS-Jud, dados solicitados pela

Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores (Anexo da [Resolução CNJ nº 401/2021](#) - Variáveis e indicadores de Acessibilidade e Inclusão).”

Sra. Adriana, servidora da Seção de Gestão de Indicadores Institucionais, expôs que este é o segundo ano que é informado ao CNJ os dados relativos aos indicadores da [Resolução CNJ nº 401/2021](#); aproveitou para cientificar que encaminhou *e-mail* para as várias áreas envolvidas, e que precisará compilar os dados, com prazo para envio até 28/02/2022. Sra. Adriana colocou-se à disposição em caso de dúvidas.

Sra. Daniela Kovács cientificou que foi realizada a análise do novo Manual de Compras e Licitações, e que, a partir desta análise, por meio de parecer, foram sugeridas algumas alterações e adequações.

Sra. Adriana encerrou sua fala, concluindo que a medição é importante, pois provoca o Tribunal a implementar os itens da [Resolução CNJ nº 401/2021](#), até mesmo por esta ser recente.

Seguiu-se para o item 4 da pauta: “Novo pedido de criação de Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Justiça do Trabalho.”

Sra. Daniela esclareceu sobre a necessidade de existir uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Justiça do Trabalho, para que tenhamos orientações do CSJT, a exemplo do Comitê Gestor do PJE; asseverou que tal comissão terá por objetivo orientar os Regionais.

A Sra. Presidente expôs que o pedido será entregue pessoalmente ao Ministro Presidente do TST, Ministro Lelio Bentes Corrêa, na ocasião da abertura do ano letivo, em 10/02/2023, data em que ministrará a “Aula Magna de Abertura do Ano Letivo: Poder Judiciário, Normas Internacionais do Trabalho e Agenda 2030 da ONU”, no Auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. Sra. Daniela complementou que se trata de um pedido que já foi realizado anteriormente, e que será atualizado e submetido para aprovação.

Antes do encerramento, Daniela pediu a palavra para comunicar sobre a necessidade de reunião do subgrupo dos cursos, pois em breve deverão ser apresentados à Ejud. Comunicou também que haverá alteração da composição da Comissão, inclusive com a entrada de um médico, a pedido da Secretaria de Saúde.

Por fim, a Exma. Presidente deu ciência sobre o item 5 da pauta: “Sugestões de datas para Reuniões da CPAI – 2023”, em que ficaram estabelecidas as seguintes datas: 17/03; 28/04; 19/05; 16/06; 21/07; 18/08; 15/09; 20/10; 17/11 e 15/12.

A Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo agradeceu a participação de todos e todas, e deu por encerrada a reunião.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.